



SUMÁRIO

LIVRO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. JURISDIÇÃO	3
1.1. Conceito	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais	5
1.2.1. Autotutela	5
1.2.2. Autocomposição	6
1.2.3. Arbitragem	8
1.3. Escopos da jurisdição	10
1.4. Características principais	11
1.4.1. Caráter substitutivo	11
1.4.2. Lide	13
1.4.3. Inércia	14
1.4.4. Definitividade	16
1.5. Princípios da jurisdição	17
1.5.1. Investidura	17
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território)	17
1.5.3. Indelegabilidade	19
1.5.4. Inevitabilidade	20
1.5.5. Inafastabilidade	20
1.5.6. Juiz natural	25
1.5.7. Promotor natural	26
1.6. Espécies de jurisdição	27

1.6.1. Jurisdição penal ou civil	27
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior	28
1.6.3. Jurisdição comum e especial	28
1.7. Jurisdição voluntária	28
1.7.1. Características	28
1.7.1.1. Obrigatoriedade	28
1.7.1.2. Princípio Inquisitivo	29
1.7.1.3. Juízo de equidade	30
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei	31
1.7.2. Natureza jurídica	32
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo	32
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto	33
1.7.2.3. Ausência de lide	33
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados	34
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento	35
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material	35
1.8. Tutela jurisdicional	36
1.8.1. Espécie de crise jurídica	36
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais	39
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária	41
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais	44
2. PROCESSO	47
2.1. Introdução	47
2.1.1. Processo como procedimento	47
2.1.2. Processo como contrato	48
2.1.3. Processo como um quase contrato	48
2.1.4. Processo como relação jurídica	49
2.1.5. Processo como situação jurídica	49
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório	50
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	50
2.1.8. Conclusão	51
2.2. Procedimento	51
2.3. Relação jurídica processual	51
2.3.1. Composição	51
2.3.2. Características	53
2.3.3. Pressupostos processuais	54
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo)	55
2.3.3.1.1. Investidura	55
2.3.3.1.2. Imparcialidade	55

2.3.3.1.3. Competência	56
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes)	57
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte	57
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo	57
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória	58
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos	59
2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	59
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos	60
2.3.3.3.2.1. Demanda	60
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta	61
2.3.3.3.2.3. Citação válida	61
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal	62
2.4. Princípios processuais	62
2.4.1. Devido processo legal	62
2.4.2. Contraditório	64
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	64
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz	66
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes	66
2.4.2.4. Contraditório inútil	67
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado)	68
2.4.3. Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)	70
2.4.4. Motivação das decisões	71
2.4.5. Isonomia	72
2.4.6. Publicidade dos atos processuais	74
2.4.7. Princípio da economia processual	76
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas	77
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo	79
2.4.10. Princípio da cooperação	81
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual	82
3. AÇÃO	87
3.1. Teorias da ação	87
3.1.1. Teoria imanentista (civilista)	87
3.1.2. Teoria concreta da ação	88
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação	89
3.1.4. Teoria eclética	90
3.1.5. Teoria da asserção	92
3.2. Condições da ação	93
3.2.1. Introdução	93

3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido	94
3.2.3. Interesse de agir	95
3.2.4. Legitimidade	97
3.3. Elementos da ação	100
3.3.1. Introdução	100
3.3.2. Partes	100
3.3.3. Pedido	102
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido	103
3.3.3.2. Pedidos genéricos	104
3.3.3.2.1. Universalidade de bens	104
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano	104
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu	107
3.3.3.3. Pedido implícito	107
3.3.3.4. Cumulação de pedidos	110
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos	110
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si	110
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos	111
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental	112
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação	113
3.3.4. Causa de pedir	115
4. COMPETÊNCIA	119
4.1. Introdução	119
4.2. Competência relativa e absoluta	120
4.2.1. Competência relativa	121
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	121
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa	123
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa.....	124
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência rela- tiva	125
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados.....	126
4.2.2. Competência absoluta	128
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta	128
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta	128
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos pratica- dos	129
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta	130
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa	131

4.3. Critérios para fixação da competência	132
4.4. Competência internacional	133
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade	133
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva	133
4.4.3. Litispendência internacional	135
4.5. Espécies de competência	136
4.5.1. Competência territorial	136
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC	136
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC	138
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC	140
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC	140
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC	141
4.5.1.6. União	141
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	142
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC	143
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC	145
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC	146
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC	146
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC	147
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC	147
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC	147
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC	147
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC	148
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC	148
4.5.2. Competência funcional	149
4.5.2.1. Conceito	149
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta?	150
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias	151
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	151
4.5.3. Competência em razão da matéria	153
4.5.4. Competência em razão da pessoa	153
4.5.5. Competência em razão do valor da causa	154
4.5.5.1. Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995)	154
4.5.5.2. Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001	155

4.5.5.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	156
4.5.5.4. Foros regionais (distritais)	157
4.6. Competência da Justiça Federal	158
4.6.1. Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	158
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”	158
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal	158
4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo	159
4.6.1.1.3. União Federal e ação de usucapião	160
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual	161
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta	161
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”	162
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”	162
4.6.2. Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>)	163
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional” ...	163
4.6.2.2. Inciso X – “(...), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”	163
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	164
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”	164
4.7. Prorrogação de competência	165
4.7.1. Conceito	165
4.7.2. Prorrogação legal	166
4.7.2.1. Conexão e continência	166
4.7.2.1.1. Conceito	166
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial?	167
4.7.2.1.3. <i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC	168

4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	169
4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro	171
4.7.3. Prorrogações voluntárias	171
4.7.3.1. Eleição de foro	171
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor	172
4.8. Prevenção	172
4.8.1. Conceito	172
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição	173
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC	174
4.10. Conflito de competência	176
4.10.1. Conceito	176
4.10.2. Legitimidade	177
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito	178
4.10.4. Procedimento	179
5. LITISCONSÓRCIO	181
5.1. Conceito	181
5.2. Hipóteses de cabimento.....	182
5.3. Classificação do litisconsórcio	183
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	183
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	184
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	185
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples	186
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	187
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz	187
5.4.2. Pedido da parte	188
5.4.3. Litisconsórcio recusável?	189
5.4.4. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo	189
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	191
5.6. Litisconsórcio ativo necessário?	193
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?	196
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	197
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo	199
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes	199
5.10.1. Atos de disposição de direito	200
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC) ...	201
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC)	201

5.10.4. Produção da prova	203
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio	203
5.10.6. Prazo para os litisconsortes	205
6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	207
6.1. Intervenções típicas e atípicas	207
6.1.1. Processo/fase de conhecimento	208
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i>	208
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997	213
6.1.1.3. Ação de alimentos	214
6.1.2. Processo/fase de execução	218
6.1.3. Processo cautelar	219
6.2. Assistência	220
6.2.1. Introdução	220
6.2.2. Assistência simples (adesiva)	221
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada)	222
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário?	223
6.2.4. Procedimento da assistência	224
6.2.5. Os poderes do assistente simples	227
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial	229
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão	230
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada	231
6.3. Oposição	232
6.3.1. Conceito e natureza jurídica	232
6.3.2. Espécies de oposição	233
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC)	233
6.3.2.2. Oposição como ação	234
6.3.2.3. Oposição após a sentença?	235
6.3.3. Procedimento	235
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição	237
6.3.5. Demanda bifronte	237
6.4. Nomeação à autoria	239
6.4.1. Conceito	239
6.4.2. Hipóteses de cabimento	240
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC)	240
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC)	241
6.4.3. Procedimento	242
6.5. Denúnciação da lide	245

6.5.1. Conceito	245
6.5.2. Hipóteses de cabimento	246
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto	246
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC)	248
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC)	249
6.5.3. Obrigatoriedade.....	250
6.5.4. Qualidade processual do denunciado.....	252
6.5.5. Denúnciação sucessiva	255
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	255
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu.....	256
6.6. Chamamento ao processo	259
6.6.1. Conceito.....	259
6.6.2. Hipóteses de cabimento.....	261
6.6.3. Procedimento.....	263
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor.....	263
7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO	265
7.1. Introdução	265
7.2. Sumariedade formal.....	266
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC).....	267
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC).....	268
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola	268
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio	269
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico	269
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre	270
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução	270
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais	270
7.4.7. Causas que versem sobre a revogação de doação	271
7.4.8. Demais casos previstos em lei	271
7.5. Petição inicial	271
7.6. Citação	273
7.7. Audiência de conciliação	274
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação	275
7.9. Resposta do réu	276
7.10. Casos de conversão em rito ordinário	278
7.11. Intervenção de terceiros	279

8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	281
8.1. Introdução	281
8.2. Vício e nulidade.....	282
8.3. Classificação.....	284
8.4. Mera irregularidade.....	285
8.5. Nulidades relativas.....	286
8.6. Nulidade absoluta.....	288
8.7. Inexistência jurídica.....	290
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	290

LIVRO II

CONHECIMENTO

9. PETIÇÃO INICIAL	295
9.1. Introdução	295
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial	296
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial	296
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação	297
9.2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	299
9.2.4. Pedido	299
9.2.5. Valor da causa	300
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	302
9.2.7. Requerimento para citação do réu	303
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	304
10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL	307
10.1. Introdução	307
10.2. Emenda da petição inicial	308
10.3. Indeferimento da petição inicial	309
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação	309
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC)	311
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial	311
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte	312
10.3.2.3. Falta de interesse de agir.....	313
10.3.2.4. Prescrição e decadência.....	313
10.3.2.5. Procedimento inadequado.....	313



10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda	314
10.4. Julgamento de improcedência liminar	315
10.4.1. Introdução	315
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	316
10.4.3. Conduta do juiz.....	318
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	319
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal	319
10.5. Citação	321
10.5.1. Conceito	321
10.5.2. Efeitos da citação	323
10.5.2.1. Efeitos processuais	323
10.5.2.1.1. Indução à litispendência	323
10.5.2.1.2. Prevenção do juízo	324
10.5.2.1.3 Estabilização da demanda	325
10.5.2.2. Efeitos materiais	327
10.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa	327
10.5.2.2.2. Interrupção da prescrição	328
10.5.2.2.3. Constituição em mora do devedor	329
10.5.3. Modalidades de citação	329
10.5.3.1. Correio	330
10.5.3.2. Oficial de justiça.....	331
10.5.3.3. Edital.....	334
10.5.3.4. Meio eletrônico.....	336
11. RESPOSTAS DO RÉU	339
11.1. Introdução.....	339
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	341
11.3. Impugnação ao valor da causa.....	342
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária.....	344
11.5. Contestação.....	346
11.5.1. Defesas processuais	347
11.5.1.1. Defesas dilatórias	347
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC)	347
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC)	348
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC) ...	348
11.5.1.2. Defesas peremptórias	349
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC).....	349
11.5.1.2.2. Perempção (art. 301, IV, do CPC).....	350

11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC)	351
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC)	351
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC).....	351
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC)	352
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias	352
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC)	352
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC).....	353
11.5.2. Defesas de mérito	354
11.5.2.1. Defesa de mérito direta	355
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta.....	355
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos.....	356
11.5.4. Princípio da eventualidade.....	357
11.6. Exceções rituais	358
11.6.1. Teoria geral das exceções.....	359
11.6.1.1. Legitimidade para alegação	359
11.6.1.2. Momento de alegação.....	359
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção.....	360
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção.....	360
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo.....	361
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal	361
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria	362
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão.....	362
11.6.2. Exceção de incompetência relativa.....	363
11.6.2.1. Prazo de interposição	363
11.6.2.2. Forma de alegação	363
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu.....	365
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência.....	366
11.6.2.5. Procedimento da exceção.....	367
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento	368
11.6.3.1. Procedimento	369
11.7. Reconvenção.....	370
11.7.1. Conceito	370
11.7.2. Condições da ação	371
11.7.2.1. Legitimidade de parte.....	371
11.7.2.2. Interesse de agir	375
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	377
11.7.3. Pressupostos processuais	377
11.7.4. Procedimento	378

11.8. Ação declaratória incidental.....	380
11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção	381
12. REVELIA.....	383
12.1. Conceito.....	383
12.2. Efeitos	384
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros.....	384
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel	388
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito	389
12.3. Modificação objetiva da demanda.....	390
12.4. Ingresso do réu revel no processo.....	392
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	392
12.4.1.1. Provas causais	392
12.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	394
13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	397
13.1. Providências preliminares	397
13.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	398
13.2.1. Introdução.....	398
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	399
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC.....	399
13.2.4. Julgamento antecipado da lide	400
13.2.5. Saneamento do processo.....	402
14. PROVAS	407
14.1. Teoria geral das provas	407
14.1.1. Conceito de prova	407
14.1.2. Espécies de prova	408
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	409
14.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”....	410
14.1.5. Direito à prova no processo civil.....	412
14.1.6. Objeto da prova	413
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC).....	413
14.1.6.2. Relevância e pertinência	414
14.1.6.3. Fatos notórios	414
14.1.6.4. Ausência de controvérsia	415
14.1.6.5. Presunção.....	415

14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC).....	417
14.1.7. Ônus da prova	418
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC)	419
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova	420
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova	422
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	423
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz	424
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	426
14.1.10. Valoração da prova.....	427
14.1.11. Prova emprestada	428
14.1.12. Prova ilícita.....	430
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	431
14.1.13. Provas atípicas.....	433
14.2. Provas em espécie.....	434
14.2.1. Depoimento pessoal	434
14.2.1.1. Conceito.....	434
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal	435
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal	436
14.2.1.4. Procedimento.....	438
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal.....	439
14.2.2. Da confissão.....	440
14.2.2.1. Conceito	440
14.2.2.2. Espécies de confissão.....	442
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão.....	443
14.2.2.4. Invalidação da confissão	443
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa	445
14.2.3.1. Conceito	445
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns	446
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária	447
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro	450
14.2.4. Da prova documental.....	451
14.2.4.1. Conceito	451
14.2.4.2. Documento público e sua força probante.....	452
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante.....	453
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental.....	454
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto	454
14.2.4.4.2. Procedimento	455
14.2.4.5. Produção da prova documental.....	457
14.2.5. Da prova testemunhal.....	459

14.2.5.1. Conceito.....	459
14.2.5.2. Cabimento.....	459
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar.....	460
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha.....	462
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal.....	463
14.2.6. Da prova pericial.....	467
14.2.6.1. Conceito e espécies.....	467
14.2.6.2. Cabimento.....	468
14.2.6.3. Procedimento.....	469
14.2.6.3.1. Indicação do perito.....	469
14.2.6.3.2. Escusa do perito.....	470
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa.....	470
14.2.6.3.4. Substituição do perito.....	471
14.2.6.3.5. Atos preparatórios.....	472
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes.....	473
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo.....	473
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	474
14.2.6.5. Segunda perícia.....	475
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	475
14.2.7. Da inspeção judicial.....	476
14.2.7.1. Conceito.....	476
14.2.7.2. Procedimento.....	477

15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	479
15.1. Introdução.....	479
15.2. Procedimento.....	480
15.2.1. Abertura e pregão das partes.....	481
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	481
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos.....	482
15.2.4. Esclarecimentos do perito.....	483
15.2.5. Depoimento pessoal.....	484
15.2.6. Oitiva das testemunhas.....	484
15.2.7. Debates orais.....	484
15.2.8. Prolação da sentença.....	485
15.3. Audiência una e contínua.....	486
15.4. Adiamento da audiência.....	486

16. SENTENÇA.....	491
16.1. Conceito legal de sentença.....	491
16.2. Classificação das sentenças.....	495

16.2.1. Conteúdo da sentença.....	495
16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	495
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória.....	496
16.2.1.3. Sentença constitutiva.....	499
16.2.1.4. Sentença condenatória.....	499
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	500
16.2.1.6. Sentença mandamental.....	501
16.2.2. Resolução de mérito.....	502
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC).....	502
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial.....	502
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	502
16.2.2.1.3. Abandono do processo.....	504
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	505
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência.....	506
16.2.2.1.6. Carência da ação.....	507
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem.....	508
16.2.2.1.8. Desistência da ação.....	509
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis.....	509
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu.....	510
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC).....	512
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	513
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	513
16.2.2.2.3. Transação.....	514
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência.....	514
16.2.2.2.5. Renúncia.....	514
16.3. Requisitos da sentença.....	515
16.3.1. Relatório.....	515
16.3.2. Fundamentação.....	516
16.3.3. Dispositivo.....	517
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	517
16.4. Princípio da congruência.....	518
16.4.1. Conceito.....	518
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência.....	519
16.5. Sentença <i>extra petita</i>	520
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	522
16.6. Sentença <i>ultra petita</i>	522
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	523
16.7. Sentença <i>citra petita</i> (<i>infra petita</i>).....	523
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	525

16.8. Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	527
16.9. Situação fática do momento da prolação da sentença.....	527
16.10. Capítulos de sentença.....	528
17. COISA JULGADA.....	531
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	531
17.2. Coisa julgada total e parcial.....	532
17.3. Conceito e natureza jurídica.....	533
17.4. Função negativa da coisa julgada.....	535
17.5. Função positiva da coisa julgada.....	537
17.6. Limites objetivos da coisa julgada.....	538
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada.....	540
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	543
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas.....	544
17.10. Relativização da coisa julgada.....	545
17.10.1. Introdução.....	545
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional.....	546
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional.....	549
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	553
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	558

LIVRO III

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS.....	563
18.1. Introdução.....	563
18.1.1. Sucedâneos recursais internos.....	565
18.1.1.1. Reexame necessário.....	565
18.1.1.2. Correição parcial.....	567
18.1.1.3. Pedido de reconsideração.....	568
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução.....	569
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	569
19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS.....	571
19.1. Introdução.....	571
19.2. Objeto imediato do recurso.....	571



19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir)	572
19.4. Abrangência da matéria impugnada.....	573
19.5. Independência ou subordinação.....	574
20. EFEITOS DOS RECURSOS.....	579
20.1. Introdução.....	579
20.2. Efeito obstativo.....	579
20.3. Efeito devolutivo.....	580
20.4. Efeito suspensivo.....	583
20.5. Efeito translativo.....	586
20.6. Efeito expansivo.....	588
20.7. Efeito substitutivo.....	590
20.8. Efeito regressivo	591
20.9. Efeito diferido	591
21. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	593
21.1. Duplo grau de jurisdição.....	593
21.1.1. Conceito.....	593
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	595
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição	596
21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	597
21.2. Taxatividade (legalidade)	598
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	599
21.4. Voluntariedade	601
21.5. Dialeiticidade	601
21.6. Fungibilidade.....	603
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	604
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro	605
21.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	606
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	607
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	608
21.9. Complementaridade	610
21.10. Consumação	611
22. JÚZO DE ADMISSIBILIDADE.....	613
22.1. Introdução.....	613
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal	615

22.2.1. Cabimento	615
22.2.2. Legitimidade recursal.....	617
22.2.2.1. Partes	617
22.2.2.2. Terceiro prejudicado	619
22.2.2.3. Ministério Público.....	620
22.2.3. Interesse recursal	621
22.2.3.1. Necessidade	621
22.2.3.2. Adequação.....	624
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer	625
22.2.4.1. Desistência.....	625
22.2.4.2. Renúncia.....	627
22.2.4.3. Aquiescência.....	628
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal	629
22.3.1. Tempestividade	629
22.3.2. Preparo	633
22.3.3. Regularidade formal.....	636
23. JUÍZO DE MÉRITO.....	639
23.1. Introdução	639
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo e error in iudicando</i>	640
23.3. Pedido	641
24. APELAÇÃO	643
24.1. CABIMENTO	643
24.2. PROCEDIMENTO.....	645
24.2.1. Introdução	645
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição	645
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau.....	648
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC)	649
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC).....	651
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC)	653
24.6. Teoria da causa madura	654
25. AGRAVO	659
25.1. Introdução	659
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau.....	659
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento.....	659
25.2.1.1. Agravo retido	663

25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita.....	664
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões	664
25.2.1.1.3. Agravo retido oral.....	665
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido.....	666
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido.....	666
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido	668
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões.....	671
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal.....	672
25.2.1.2. Agravo de instrumento.....	673
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	673
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	679
25.2.1.2.3. Procedimento	681
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau	692
25.3.1. Agravo regimental.....	693
25.3.2. Agravo interno.....	694
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único).....	694
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC).....	695
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário.....	696
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC	697
25.3.2.5. Procedimento.....	699
25.3.2.5.1. Juízo de retratação	699
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta.....	700
25.3.2.5.3. Contraditório	701
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado.....	701
25.3.3. Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e extraordinário.....	703
25.3.3.1. Introdução.....	703
25.3.3.2. Cabimento.....	703
25.3.3.3. Procedimento.....	704

26. EMBARGOS INFRINGENTES	707
26.1. Cabimento.....	707
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento	709
26.2. Objeto dos embargos infringentes	711
26.3. Efeitos dos embargos infringentes.....	713
26.4. Procedimento	714
27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	717
27.1. Natureza jurídica	717
27.2. Cabimento.....	718
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis.....	718
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração	719
27.3. Procedimento	722
27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	723
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos	724
27.5. Embargos de declaração – intempestividade ante tempus	725
27.6. Manifesto caráter protelatório.....	726
27.7. Embargos de declaração atípicos	728
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	729
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	730
28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	733
28.1. Introdução.....	733
28.2. Cabimento.....	734
28.2.1. Causas internacionais	734
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	735
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	736
29. RECURSO ESPECIAL	737
29.1. Hipóteses de cabimento.....	737
29.1.1. Pressupostos cumulativos.....	737
29.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	737
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal	738
29.1.1.3. Prequestionamento	739
29.1.2. Pressupostos alternativos	741
29.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	741
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	742

29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	742
30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	745
30.1. Hipóteses de cabimento.....	745
30.1.1. Pressupostos cumulativos.....	745
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	745
30.1.1.2. Prequestionamento.....	746
30.1.1.3. Repercussão geral.....	747
30.1.2. Requisitos específicos.....	755
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	755
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	756
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	757
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	757
31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	759
31.1. Procedimento.....	759
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	762
31.3. Efeitos dos recursos federais.....	764
31.3.1. Efeito devolutivo.....	764
31.3.2. Efeito suspensivo.....	766
31.4. Recursos excepcionais retidos.....	768
31.5. Julgamento por amostragem.....	770
32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	775
32.1. Introdução.....	775
32.2. Cabimento.....	775
32.2.1. Acórdão embargado.....	776
32.2.2. Acórdão paradigma.....	777
33. AÇÃO RESCISÓRIA.....	781
33.1. Natureza jurídica.....	781
33.2. Conceito de rescindibilidade.....	782
33.3. Objeto da rescisão.....	782
33.4. Hipóteses de cabimento.....	784

33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	784
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	785
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei...	786
33.4.4. Ofensa à coisa julgada.....	787
33.4.5. Violar literal disposição de lei.....	787
33.4.6. Prova falsa.....	788
33.4.7. Obtenção de documento novo.....	789
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença.....	791
33.4.9. Erro de fato.....	792
33.5. Legitimidade.....	793
33.6. Competência.....	795
33.7. Prazo.....	796
33.8. Ação executória e execução do julgado.....	798
33.9. Procedimento.....	798
33.9.1. Petição inicial.....	798
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial.....	801
33.9.3. Resposta do réu.....	802
33.9.4. Atividade saneadora.....	802
33.9.5. Fase probatória.....	803
33.9.6. Manifestações finais.....	804
33.9.7. Julgamento.....	804

LIVRO IV

EXECUÇÃO

34. FORMAS EXECUTIVAS	809
34.1. Introdução.....	809
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	809
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	813
35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	817
35.1. Introdução.....	817
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i>	817
35.3. Patrimonialidade.....	819
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução.....	819
35.5. Utilidade.....	822



35.6. Menor onerosidade	823
35.7. Lealdade e boa-fé processual.....	823
35.8. Contraditório	826
36. PARTES NA EXECUÇÃO	829
36.1. Introdução	829
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução	830
36.2.1. Polo ativo.....	830
36.2.2. Polo passivo.....	831
36.3. Legitimação ativa.....	831
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo	831
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público	832
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	834
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	835
36.4. Legitimidade passiva	835
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor	835
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores	836
36.4.3. Novo devedor	837
36.4.4. Fiador judicial.....	837
36.4.5. Responsável tributário.....	839
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário.....	840
36.5. Intervenção de terceiros na execução	842
36.5.1. Intervenções típicas	842
36.5.2. Intervenções atípicas	844
37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO	847
37.1. Competência da execução de título executivo judicial.....	847
37.1.1. Introdução	847
37.1.2. Competência executiva dos tribunais	847
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	849
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC.....	849
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	851
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	852
37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória.....	853
37.2. Competência da execução de título extrajudicial.....	855

37.3. Competência no processo de insolvência civil.....	857
38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	859
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial.....	859
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal.....	860
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução.....	861
38.4. Impenhorabilidade de bens	862
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana	862
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	863
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	864
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC)	865
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal	866
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado.....	867
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional.....	869
38.4.2.6. Seguro de vida	872
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento	872
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família.....	872
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social	873
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança.....	873
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.....	874
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária.....	874
38.5.1. Bens do sucessor a título singular	875
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei.....	876
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros.....	879
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida.....	879
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução..	882
38.6. Fraudes do devedor.....	882
38.6.1. Fraude contra credores	882
38.6.2. Fraude à execução	884
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente.....	887
39. TÍTULO EXECUTIVO	889
39.1. Introdução.....	889
39.2. Títulos executivos judiciais.....	892

39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia	892
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	896
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação.....	899
39.2.4. Sentença arbitral.....	900
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente	900
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	901
39.2.7. Formal e certidão de partilha.....	902
39.3. Títulos executivos extrajudiciais.....	902
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	903
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores	904
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida	906
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio	907
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	907
39.3.6. Crédito de serventário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial	908
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	909
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	910
40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	911
40.1. Conceito	911
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial.....	912
40.3. Caução na execução provisória.....	914
40.4. Dispensa da caução.....	917
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente.....	920
40.6. Formalização dos autos da execução provisória.....	921
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública	922
41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	923
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	923

41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação	925
41.3. Vedação à sentença ilíquida	926
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	927
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	929
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada	930
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução: valor zero e ausência de provas do dano	932
41.8. Natureza jurídica da liquidação	933
41.9. Legitimidade ativa	935
41.10. Competência.....	935
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC)	936
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor	937
41.12.1. Introdução.....	937
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros	938
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados.....	939
41.12.4. Remessa dos autos ao contador.....	940
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador.....	941
41.13. Liquidação por arbitramento.....	943
41.13.1. Cabimento	943
41.13.2. Procedimento	944
41.14. Liquidação por artigos	945
42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER...	949
42.1. Introdução	949
42.2. Aspectos procedimentais	950
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	952
42.3.1. Vontade do exequente.....	953
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente	954
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos	955
42.4. Atipicidade das formas executivas	955
42.4.1. Prisão civil	956
42.5. Multa coercitiva	958
42.5.1. Introdução.....	958
42.5.2. Valor da multa	958
42.5.3. Beneficiado pela multa.....	959
42.5.4. Fazenda Pública em juízo	960

42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa	961
42.5.6. Exigibilidade da multa	963
43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	967
43.1. Introdução.....	967
43.2. Aspectos procedimentais.....	968
44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	971
44.1. Introdução.....	971
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC).....	971
44.3. Multa e o “pagamento”.....	975
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença	976
44.5. Forma de provocação – requerimento	976
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC.....	977
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ..	978
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador	979
44.9. Remessa dos autos ao arquivo.....	980
44.10. Honorários advocatícios.....	981
45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	983
45.1. Introdução	983
45.2. Execução das obrigações de fazer.....	984
45.3. Execução das obrigações de não fazer.....	988
45.4. Obrigações de emitir declaração de vontade.....	990
46. PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA.....	993
46.1. Execução de entrega de coisa certa.....	993
46.2. Execução de entrega de coisa incerta.....	996
47. EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	999
47.1. INÍCIO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	999
47.1.1. Petição inicial.....	999
47.1.2. Averbação da execução.....	1003
47.1.3. Arresto executivo	1004
47.1.4. Citação e pagamento	1005

47.1.5. Atuação do oficial de justiça.....	1008
47.1.6. Não localização do devedor para a intimação da penhora.....	1009
47.2. Moratória legal.....	1010
47.2.1. Introdução.....	1010
47.2.2. Moratória legal.....	1011
47.2.3. Requisitos formais.....	1012
47.2.4. Procedimento.....	1013
47.2.5. Inadimplemento das parcelas.....	1014
47.3. Penhora.....	1015
47.3.1. Definição e efeitos.....	1015
47.3.2. Ordem legal da penhora.....	1017
47.3.3. Penhora de dinheiro (on-line).....	1019
47.3.4. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1023
47.3.5. Procedimento da penhora.....	1026
47.3.6. Substituição do bem penhorado.....	1029
47.3.7. Penhoras especiais.....	1032
47.4. Avaliação.....	1035
47.5. Formas de expropriação.....	1038
47.5.1. Introdução.....	1038
47.5.2. Adjudicação.....	1038
47.5.2.1. Introdução.....	1038
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação.....	1039
47.5.2.3. Momento da adjudicação.....	1040
47.5.2.4. Valor da adjudicação.....	1042
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar.....	1042
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1043
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	1045
47.5.2.8. Auto de adjudicação.....	1046
47.5.2.9. Adjudicação provisória.....	1047
47.6. Alienação por iniciativa particular.....	1048
47.6.1. Introdução.....	1048
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1048
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária... ..	1049
47.6.4. Requisitos para a alienação.....	1050
47.7. Arrematação.....	1052
47.7.1. Introdução.....	1052
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública.....	1053
47.7.3. Publicidade do edital.....	1055
47.7.4. Dispensa da publicação de editais.....	1057

47.7.5. Comunicações da hasta pública	1058
47.7.6. Realização da hasta pública	1060
47.7.7. Hasta pública eletrônica.....	1061
47.7.8. Legitimados a arrematar.....	1062
47.7.9. Procedimento da hasta pública	1063
47.7.10. Arrematação ineficaz.....	1067
47.7.11. Alienação antecipada.....	1070
47.8. Usufruto executivo	1071
47.8.1. Introdução.....	1071
47.8.2. Objeto do usufruto executivo.....	1072
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo	1072
47.8.4. Momento do usufruto executivo.....	1074
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo.....	1075
47.9. Entrega de dinheiro ao credor.....	1077
48. EXECUÇÕES ESPECIAIS	1081
48.1. Execução de prestação alimentícia	1081
48.1.1. Introdução.....	1081
48.1.2. Procedimento.....	1083
48.1.2.1. Diferentes procedimentos.....	1083
48.1.2.2. Execução por sub-rogação	1083
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil.....	1085
48.2. Execução contra a fazenda pública	1088
48.2.1. Introdução.....	1088
48.2.2. Procedimento.....	1090
48.2.3. Regime dos precatórios.....	1092
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1094
48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote).....	1095
48.2.6. Dispensa de precatório.....	1096
48.2.7. Preterição no pagamento.....	1097
49. DEFESAS DO EXECUTADO	1099
49.1. Introdução	1099
49.2. Embargos à execução	1099
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos	1099
49.2.2. Garantia do juízo	1100
49.2.3. Prazo dos embargos	1101
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos	1104
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos	1105

49.2.4.2. Inépcia da petição inicial.....	1106
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios	1107
49.2.5. Efeito suspensivo	1109
49.2.5.1. Requisitos.....	1109
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial	1112
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo	1113
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo	1114
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução	1116
49.2.6.1. Início do procedimento	1116
49.2.6.2. Revelia.....	1118
49.2.6.3. Outras reações.....	1120
49.2.6.4. Decisão dos embargos.....	1121
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução	1123
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado	1123
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1124
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1126
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	1128
49.3. Impugnação	1129
49.3.1. Natureza jurídica	1129
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1130
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1130
49.3.2.2. Inexigibilidade do título.....	1131
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1132
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes.....	1132
49.3.2.5. Excesso de execução	1132
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença	1132
49.3.3. Procedimento.....	1133
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade	1136
49.4.1. Análise histórica.....	1136
49.4.2. Problemas de terminologia.....	1137
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré-executividade	1138
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	1139
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1141

LIVRO V

TUTELA DE URGÊNCIA

50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR.....	1147
50.1. Introdução.....	1147
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	1149
50.2.1. Diferenças.....	1149
50.2.1.1. Natureza jurídica.....	1149
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas”.....	1150
50.2.1.2. Requisitos para concessão.....	1152
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz.....	1153
50.2.1.4. Autonomia.....	1154
50.2.2. Identidades.....	1156
50.2.2.1. Provisoriedade.....	1156
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade.....	1157
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica.....	1157
50.2.2.4. Requisitos para concessão.....	1158
50.3. Conclusões da comparação.....	1159
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela.....	1159
50.3.1.1. Caução.....	1159
50.3.1.2. Audiência de justificação.....	1160
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva.....	1161
50.3.1.4. Competência.....	1161
50.3.1.5. Efeitos da apelação.....	1162
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	1163
51. TUTELA ANTECIPADA.....	1165
51.1. Introdução.....	1165
51.2. Espécies de tutela antecipada.....	1165
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC).....	1167
51.4. Efeitos antecipáveis.....	1171
51.5. Processos e procedimentos compatíveis.....	1173
51.6. Requisitos positivos.....	1175
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação.....	1176
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação.....	1178
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	1179

51.6.3.1. Abuso do direito de defesa	1179
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu	1180
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade	1182
51.8. Legitimação	1183
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão	1185
51.10. Momento da antecipação	1187
51.10.1. Inaudita altera parte	1187
51.10.2. Sentença	1189
51.10.3. Fase recursal	1192
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada	1194
51.12. Revogação ou modificação	1196
51.13. Efetivação	1198
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	1200
52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR	1205
52.1. Características	1205
52.1.1. Sumariedade	1205
52.1.2. Provisoriamente	1206
52.1.3. Instrumentalidade	1207
52.1.4. Revogabilidade	1208
52.2. Competência	1211
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC	1211
52.2.2. Ações cautelares probatórias	1213
52.2.3. Competência e prevenção do juízo	1214
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção	1214
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção	1214
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias	1215
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal	1216
52.3. Mérito cautelar	1217
52.4. Procedimento	1218
52.4.1. Petição inicial	1218
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar	1220
52.4.3. Revelia	1221
52.4.4. Instrução probatória	1221
52.4.5. Sentença	1222
52.5. Liminar	1223
52.6. Coisa julgada material	1225
52.7. Poder geral de cautela	1227

52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar	1229
52.9. Cessaçãõ da eficácia da tutela cautelar.....	1231
52.9.1. Não propositura da açãõ principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC)..	1231
52.9.2. Ausência de execuçãõ da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II)	1232
52.9.3. Extinçãõ do processo principal com ou sem resoluçãõ do mérito....	1232
52.10. Responsabilidade objetiva	1233
52.10.1. Introduçãõ	1233
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	1234
52.10.2.1. Sentençã no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC)	1234
52.10.2.2. Obtençãõ da cautelar liminarmente e não promoçãõ de citaçãõ do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC).....	1234
52.10.2.3. Cessaçãõ da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC)	1235
52.10.2.4. Sentençã de prescriçãõ e decadência (art. 811, IV, do CPC)	1235
52.10.3. Liquidaçãõ e execuçãõ	1235
53. ARRESTO	1237
53.1. Conceito	1237
53.2. Pressupostos para a concessãõ do arresto.....	1238
53.3. Aspectos procedimentais	1240
54. SEQUESTRO	1243
54.1. Conceito	1243
54.2. Distinçãõ entre arresto e sequestro	1244
54.3. Pressupostos para a concessãõ do sequestro	1246
55. CAUÇÃÕ	1249
55.1. Conceito	1249
55.2. Classificaçãõ.....	1250
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (cauçãõ para pagamento de custas e honorários advocatícios).....	1252
55.4. Aspectos procedimentais	1253
56. BUSCA E APREENSÃÕ	1255
56.1. Conceito	1255

56.2. Espécies	1256
56.3. Procedimento.....	1257
57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO	1259
57.1. Conceito de Exibição.....	1259
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento.....	1260
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória.....	1260
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal.....	1261
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento	1261
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento.....	1262
57.3. Procedimento da ação autônoma exibirória.....	1263
57.3.1. Legitimidade.....	1263
57.3.2. Petição inicial e liminar.....	1264
57.3.3. Respostas do demandado.....	1265
57.3.4. Ausência de exibição.....	1266
57.3.5. Sentença	1267
58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS.....	1269
58.1. Introdução.....	1269
58.2. Legitimidade	1270
58.2.1. Legitimidade ativa	1270
58.2.2. Legitimidade passiva	1271
58.3. Competência.....	1272
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC.....	1272
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas.....	1273
58.4. Aspectos procedimentais	1274
58.4.1. Petição inicial.....	1274
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas.....	1275
58.4.3. Liminar.....	1277
58.4.4. Respostas do requerido.....	1277
58.4.5. Preparação e realização da prova	1279
58.4.6. Sentença	1281
59. ALIMENTOS PROVISIONAIS.....	1285
59.1. Conceito e natureza jurídica	1285
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios.....	1286
59.3. Procedimento	1288

60. ARROLAMENTO DE BENS	1291
60.1. Visão geral.....	1291
61. JUSTIFICAÇÃO	1293
61.1. Introdução.....	1293
61.2. Natureza jurídica não cautelar.....	1294
61.3. Jurisdição voluntária.....	1295
61.4. Espécie de prova produzida.....	1296
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal.....	1297
61.6. Competência.....	1298
61.7. Procedimento.....	1299
61.7.1. Petição inicial.....	1299
61.7.2. Citação dos interessados.....	1300
61.7.3. Participação do Ministério Público.....	1301
61.7.4. Não admissão de defesa.....	1302
61.7.5. Irrecorribilidade.....	1302
61.7.6. Sentença.....	1303
62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	1305
62.1. Conceito.....	1305
62.2. Natureza jurídica.....	1306
62.3. Procedimento.....	1307
63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	1311
63.1. Introdução.....	1311
63.2. Natureza jurídica.....	1312
63.3. Penhor legal e autotutela.....	1313
63.4. Procedimento.....	1314
64. POSSE EM NOME DE NASCITURO	1319
64.1. Introdução.....	1319
64.2. Natureza jurídica.....	1319
64.3. Legitimidade.....	1321
64.4. Procedimento.....	1321
65. ATENTADO	1323
65.1. Conceito e cabimento.....	1323

65.2. Natureza jurídica.....	1325
65.3. Procedimento.....	1326
66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS	1329
66.1. Introdução.....	1329
66.2. Protesto de título.....	1330
66.3. Apreensão de títulos.....	1331
LIVRO VI	
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	
67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1335
67.1. Introdução.....	1335
67.2. Consignação extrajudicial.....	1335
67.3. Competência.....	1337
67.4. Legitimidade	1338
67.5. Objeto da demanda consignatória.....	1338
67.6. Procedimento	1340
67.7. Complementação do depósito.....	1342
67.8. Consignação de prestações periódicas.....	1343
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito	1345
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	1345
68. AÇÃO DE DEPÓSITO.....	1349
68.1. Introdução	1349
68.2. Legitimidade e Competência	1350
68.3. Procedimento.....	1351
68.4. Depositário judicial.....	1353
68.5. Prisão civil.....	1354
69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR	1355
69.1. Introdução	1355
69.2. Ação de reivindicação	1356
69.3. Ação de substituição de título ao portador.....	1356
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador.....	1357

70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	1361
70.1. Introdução.....	1361
70.2. Legitimidade.....	1362
70.3. Natureza dúplice.....	1363
70.4. Competência.....	1364
70.5. Ação de exigir contas.....	1364
70.6. Ação de dar contas.....	1367
71. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1369
71.1. Proteção possessória.....	1369
71.2. Fungibilidade.....	1370
71.3. Ação dúplice?.....	1371
71.4. Competência.....	1372
71.5. Legitimação.....	1373
71.6. Exceção de domínio.....	1374
71.7. Cumulação de pedidos.....	1375
71.8. Procedimento.....	1376
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse.....	1376
71.8.2. Interdito proibitório.....	1379
72. AÇÃO DE NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA	1381
72.1. Introdução.....	1381
72.2. Cabimento.....	1382
72.3. Legitimidade.....	1383
72.4. Procedimento.....	1384
72.5. Embargo extrajudicial.....	1386
73. AÇÃO DE USUCAPIÃO	1387
73.1. Definição de usucapião.....	1387
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião.....	1388
73.3. Legitimação.....	1389
73.4. Competência.....	1391
73.5. Petição inicial.....	1391
73.6. Citações e intimações.....	1392
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis.....	1393
73.8. Usucapião como matéria de defesa.....	1393

74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS	1395
74.1. Introdução	1395
74.2. Procedimento da ação de demarcação	1397
74.3. Procedimento da ação de divisão	1398
75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	1401
75.1. Introdução	1401
75.2. Inventário negativo	1402
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório	1403
75.4. Questões de alta indagação	1403
75.5. Administrador provisório	1404
75.6. Inventariante	1405
75.7. Arrolamento sumário	1407
75.8. Arrolamento comum	1408
75.9. Procedimento do inventário	1409
75.10. Colação	1411
75.11. Sonegação	1412
75.12. Pagamento das dívidas	1413
75.13. Herdeiro preterido	1414
75.14. Partilha	1415
76. EMBARGOS DE TERCEIRO	1419
76.1. Conceito	1419
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro	1420
76.3. Legitimação	1422
76.4. Competência	1425
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro	1426
76.6. Procedimento	1427
77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	1431
77.1. Introdução	1431
77.2. Procedimento	1432
78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS	1435
78.1. Introdução	1435
78.2. Legitimidade	1436
78.3. Competência	1437
78.4. Procedimento	1437

79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	1441
79.1. Introdução.....	1441
79.2. Procedimento da execução do preço	1442
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida	1442
80. AÇÃO MONITÓRIA	1445
80.1. Conceito	1445
80.2. Natureza jurídica.....	1446
80.3. Admissibilidade	1448
80.4. Fazenda Pública e ação monitória	1450
80.5. Incapaz e ação monitória.....	1451
80.6. Ingresso da monitória	1452
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu	1453
80.8. Posturas do réu	1454
80.9. A Natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório.....	1455
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1456
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1457
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória.....	1459
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1460
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1463
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	1465
80.16. Fase de cumprimento de sentença	1467
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1469